

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Folha de S. Paulo	2
Título: Gestoras resistem a aderir a código de transparência	2
Título: Governo federal promete enviar 120 efetivos da Força Nacional a Roraima	3
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	6
Título: Deixar de pagar água e luz vira 'estratégia'	6
VEÍCULO: Valor Econômico	7
Título: Ameaça de tarifa preocupa setor de GNL	7
Título: Subsídios na energia precisam ser revistos com muito critério	9
Título: Aneel e Eletrobras resolvem impasse na Amazonas D	11
Título: Queda do cobre tem pouco efeito no Brasil	12
Título: Fabricante importa minério, apesar de superávit do país	15
Título: RenovaBio deve estimular cogeração da cana	16

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 20/08/2018**Seção:** Mercado**Autor:****Título:** Gestoras resistem a aderir a código de transparência

São Paulo- A Amec (Associação de Investidores no Mercado de Capitais), em 12 anos de vida, já conseguiu algumas vitórias para elevar o nível de governança — ou transparência — das empresas brasileiras que negociam ações em Bolsa.

Foi a associação, que abriga gestoras independentes e de grandes bancos, além de fundos de pensão, que conseguiu desengavetar na Justiça o processo que pedia a divulgação da remuneração de executivos, liberado em maio.

Teve, ainda, o feito de pôr no conselho da Petrobras um indicado, de fato — sem interferência política —, pelos acionistas minoritários. Entre outras causas, trabalhou no aprimoramento das regras para o voto a distância em assembleias.

Desde novembro de 2016, a Amec está olhando para dentro de casa. Lançou seu código de princípios e deveres dos investidores institucionais (com base em norma adotadas por 20 países, conhecidas como "stewardship").

O código prega mais transparência sobre a relação entre os gestores e os cotistas e companhias investidas. Pede relatos de atuações em situações de conflito de interesse, participação em assembleias, critérios para engajamentos com outros fundos quando acharem apropriado, entre outros pontos.

Mas, apesar de cobrar a governança das companhias, os números sugerem que não está havendo o mesmo comprometimento dos associados na hora de entregá-la.

Fazem parte da Amec 58 gestoras. Até agora, apenas 16 aderiram ao código. Procurada, a associação não se pronunciou.

Florian Bartunek, sócio da Constellation, diz que vê com bons olhos o código e estuda o momento da adesão.

"Ele faz sentido para empresas como nós, que têm investimentos de longo prazo e acabam mantendo relacionamento com as companhias. Para gestoras que giram mais as posições, talvez não faça sentido", diz.

A Mauá Capital, do ex-presidente da Amec e ex-diretor do Banco Central Luis Fernando Figueiredo, lembra que o código traz critérios de boas práticas no

monitoramento das empresas investidas pelos fundos. Mas, na sua estrutura atual de produtos, as aplicações em fundos de ações ainda estão em estágio inicial e, por isso, o código não teria efeito.

Nesta semana, o código terá um novo signatário, a Petros, fundo de pensão dos funcionários da Petrobras. Daniel Lima, diretor de investimentos, diz que a adoção coroa o trabalho da nova gestão Petros, assumida por Walter Mendes, ex-gestor do Itaú e ex-presidente da Amec, há dois anos.

"Trabalhamos muito para aprimorar a nossa governança. E achamos importante assumir esse compromisso." Marcelo Faria, gestor de renda variável da Porto Seguro, diz que a adesão à Amec aconteceu há apenas um ano. "Como somos novatos, ainda estamos aprendendo sobre associação. Acredito que o código é um passo importante. Estamos nos adaptando." Ele afirma, ainda, que nem todas as decisões da Amec são em consenso.

A Bram, gestora de recursos do Bradesco, diz que tem por tradição executar as melhores práticas de governança e estuda o melhor momento de adesão ao código.

A gestora Fama, que costuma ser muito ativa nas empresas em que investe, informou que 75% de seus cotistas são estrangeiros. Por isso, desde 2011 é signatária do Principles for Responsible Investment, que traz práticas para investimento responsável.

Rodrigo Bresser Pereira, diretor da Bresser, afirma que pode e deve aderir ao código. "Damos total apoio ao trabalho da Amec", diz.

As gestoras que aderiram ao código da associação são Itaú, Argúcia, BBTVM, Aberdeen, Hermes, Leblon, Robeco, Santander, Teorema, Bridge, Cartica, Claritas e Victoire. Também entraram BNDESpar e os fundos de pensão Funcef e Fundação Cesp.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 20/08/2018

Seção: Mercado

Autor: Talita Fernandes e Patrícia Campos Mello

Título: Governo federal promete enviar 120 efetivos da Força Nacional a Roraima

Medida é anunciada após conflito entre brasileiros e venezuelanos no estado em crise migratória

BRASÍLIA E SÃO PAULO- O governo federal enviará 120 efetivos da Força Nacional —o dobro do anunciando no sábado (18) — a Roraima, que enfrenta uma crise migratória e foi palco de confronto entre brasileiros e venezuelanos. Somados aos 31 efetivos já no estado, serão 151.

Além disso, uma equipe inter-ministerial de técnicos viajará ao local para avaliar novas medidas a adotar diante do fluxo contínuo de venezuelanos que fogem da crise no país vizinho e dos crescentes protestos de moradores da região — alguns deles, violentos. A decisão foi tomada em reunião de cinco horas no Palácio da Alvorada neste domingo (19), das quais participaram o presidente Michel Temer e representantes de seis ministérios.

Estavam presentes Joaquim Silva e Lima (Defesa), Sérgio Etchegoyen (Segurança Institucional), Rossieli Soares (Educação), **Moreira Franco (Minas e Energia)**, Raul Jungmann (Segurança Pública) e o secretário-geral das Relações Exteriores, Marcos Galvão.

O governo também sugeriu à governadora Suely Campos (PP) que solicite o envio das Forças Armadas ao estado. Mas o governo de Roraima diz ter feito o pedido há um ano, em telefonema a Temer, e desde então o reitera.

"O governo continua em condições de empregar as Forças Armadas para a Garantia da Lei e da Ordem em Roraima. Por força de lei, tal iniciativa depende da solicitação expressa da senhora governadora do estado", afirma a nota do Planalto deste domingo.

"Essa nota é infeliz e eleitoral, nós já pedimos inúmeras vezes o envio das Forças Armadas e fomos ignorados", disse à Folha Marcelo Lopes, secretário do gabinete Institucional do governo de Roraima. "Surpreende o desconhecimento do governo federal do problema em Roraima."

O Brasil já recebeu cerca de 130 mil venezuelanos, sendo que cerca de 60 mil permanecem em território brasileiro.

O principal acesso é por Pacaraima, que tem cerca de 12 mil moradores, população à qual se somaram 3.000 venezuelanos. No sábado (18), a cidade se transformou em palco de violência após um comerciante local ter sido surrado em um assalto.

Em resposta, grupos de brasileiros passaram a perseguir venezuelanos que vivem no local, queimando seus pertences. Agredidos com pedaços de pau, os refugiados foram expulsos das tendas que ocupavam na região na fronteira do Brasil com a Venezuela.

O comerciante agredido, Raimundo Nonato, está internado no hospital geral de Pacaraima com traumatismo craniano, com quadro estável.

Diante da deterioração da situação — o incidente não é o primeiro do tipo no estado, mas é o mais grave até agora — e do contínuo agravamento da crise venezuelana, a governadora voltou a pedir a Brasília o envio de R\$ 190 milhões como ressarcimento pelo aumento de gastos e da sobrecarga na estrutura do estado em áreas como segurança, educação e saúde.

O secretário Marcelo Lopes alega que a recusa do Executivo em enviar recursos decorre da disputa política entre o senador Romero Jucá (MDB), aliado de Temer, e a governadora Suely Campos.

O presidente tem defendido reforçar a segurança do estado, mas não planeja o envio de mais ajuda financeira.

A reunião deste domingo foi uma resposta ao ditador Nicolás Maduro, que pediu proteção aos venezuelanos no país. Caracas solicitou às autoridades brasileiras garantias para os cidadãos venezuelanos e medidas de proteção e segurança a suas famílias e bens, alegando que as ações relatadas "violam normas do direito internacional" e são estimuladas por "perigosa matriz de opinião xenófoba".

No início do ano, o governo brasileiro criou a Operação Acolhida para dar atendimento humanitário aos migrantes da Venezuela, que vêm ao Brasil para fugir da escassez, violência, hiperinflação e crise política do regime de Maduro.

O Planalto também criou um programa de transferência voluntária de venezuelanos a outros estados do Brasil, a interiorização. Desde março, 820 venezuelanos aderiram e foram enviados a estados como Amazonas, São Paulo, Rio e ao Distrito Federal.

Anota divulgada pela Presidência neste domingo informa que a política de interiorização será reforçada, mas não explica como e quando.

"Faz um ano que pedimos que se acelere a interiorização, não é possível transferir só 400 venezuelanos a cada dois meses", afirma Lopes.

O governo federal admite que a transferência está mais lenta do que o esperado, mas cita a dificuldade de achar vaga em abrigos em outros estados que aceitem os refugiados.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 20/08/2018****Seção: Economia****Autor: Douglas Gavras Raquel Brandão****Título: Deixar de pagar água e luz vira 'estratégia'**

Como os juros das contas básicas são bem mais baixos do que os cobrados pelos bancos, brasileiros passam a fazer 'rodízio' desse tipo de pagamento

Em um momento de aperto, o brasileiro está deixando de pagar principalmente as contas básicas, como as de água e luz. O calote nesses débitos subiu 7,6% nos 12 meses encerrados em julho, segundo o SPC Brasil. No mesmo período, as dívidas bancárias – como cheque especial, empréstimos pessoais e cartão de crédito – subiram 6,9%. A decisão sobre qual conta atrasar, segundo o SPC e a Serasa Brasil, está ligada ao fato de que os juros, nas contas de água e luz, serem bem mais baixos do que os cobrados em débitos ligados a instituições financeiras. Além dos juros mais baixos, o reajuste das contas básicas superou – e muito – a inflação. Enquanto o IPCA, principal índice de inflação, subiu 4,48% nos 12 meses acumulados até julho, a inflação da energia elétrica medida pelo IBGE subiu 18,02%. Desta forma, o Brasil formou uma legião de “equilibristas” de contas, de acordo com a economista-chefe do SPC, Marcela Kawauti. “O jeito é manter algumas contas em dia, enquanto o orçamento está apertado.” É justamente isso o que tem feito a viúva Rita A., de 52 anos, que pediu para ter a identidade preservada.

Em alguns meses, a conta de luz é a eleita para ser paga depois; em outros, os boletos do condomínio ou do telefone ficam na gaveta. A situação ficou mais complicada há poucos meses, quando uma carta de cobrança chegou com a informação de que ela devia cerca de R\$ 9 mil do financiamento de seu apartamento. “Meu filho estava na faculdade e precisou sair do trabalho para poder estagiar, então deixei de pagar as parcelas do imóvel e só voltei a pagar quando ele já estava formado e trabalhando. Agora, tenho tentado pagar uma das parcelas atrasadas e uma das atuais por mês.” Causa. Para Gireffe Contini, gerente do Serasa Consumidor, o desemprego é a principal variável que eleva o total de inadimplentes no País. A taxa de desemprego no segundo trimestre ficou em 12,4%, segundo o IBGE. No fim do primeiro trimestre, um trabalhador da Grande São Paulo levava quase um ano procurando emprego, em média, aponta a Fundação Seade e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Segundo a economista Juliana Inhasz, do Insper, a inadimplência acaba se tornando crônica pelos altos juros. Desta forma, as prestações atrasadas acabam explodindo de valor.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 20/08/2018****Seção: Internacional****Autor: Stephanie Yang e Timothy Puko | Dow Jones Newswires****Título: Ameaça de tarifa preocupa setor de GNL**

A tensão comercial entre Washington e a Pequim ameaça uma área promissora da energia nos Estados Unidos: as exportações de gás natural.

A disputa ainda não afetou os preços no curto prazo, mas alguns analistas acreditam que ela poderá perturbar as exportações e desacelerar os novos investimentos em infraestrutura. Isso poderá ainda afetar os preços do gás natural no longo prazo porque os produtores americanos estão rapidamente ficando sem lugar para desovar uma oferta que não para de crescer.

Neste mês, em resposta às tarifas dos EUA, a China propôs outra rodada de retaliação, que inclui uma taxa de 25% sobre o gás natural liquefeito (GNL) americano.

Se os dois lados não chegarem a um acordo, a tarifa chinesa sobre o gás natural americano poderá abrir espaço para outros grandes exportadores de GNL, como a Austrália e o Qatar. A China também poderá recorrer a Rússia, via um grande gasoduto que está em construção, ou à sua própria produção doméstica nos próximos anos, segundo analistas.

"A China vai tentar comprar as commodities de que precisa em outras partes do mundo", diz J. Alexander Blackman, executivo da Standard Delta, uma "trading" de Houston com operações na Ásia.

Já os exportadores americanos terão de vender GNL para outros países se forem cortados do mercado chinês, que cresce em ritmo acelerado. Como as importações não seriam afetadas imediatamente, analistas duvidam que as tarifas levem a um súbito inchaço da oferta ou a preços deprimidos.

A perspectiva mais desanimadora é que as empresas que estão investindo em infraestrutura de exportação nos EUA recuem em seus planos ou os coloquem em suspenso. "Não há como, no cenário atual, alguém firmar qualquer acordo", acredita Neil Beveridge, analista de petróleo da Sanford C. Bernstein & Co. "Isso está provocando um grande impasse sobre o que pode ser feito."

Isso poderá inibir a capacidade futura dos produtores de acessar o mercado internacional, limitando o crescimento do setor de gás natural dos EUA e uma via de escoamento do excesso de oferta.

Com o "boom" do xisto, as empresas americanas embarcaram em projetos para transformar o gás para estado líquido, o que facilita sua comercialização no mundo todo. A demanda crescente por GNL e o acelerado crescimento da China vêm sendo uma benção para os produtores americanos, que esperam vender gás natural no mercado internacional, escoando assim sua produção recorde. "A China poderá ter um papel central na sustentação desse crescimento do GNL americano", diz Beveridge.

Desde 2011, empresas como a Cheniere Energy, de Houston, e a Dominion Energy, de Richmond (Virgínia), gastaram US\$ 44 bilhões na construção de unidades e terminais necessários para a exportação de GNL, segundo a consultoria Wood Mackenzie.

O apetite voraz da China pelo combustível vem provocando uma transformação do setor. Graças à sua necessidade de combustíveis menos poluentes, o país deverá se tornar o maior importador de gás natural do mundo em 2019, segundo a Agência Internacional de Energia (AIE). Pequim quer elevar o uso do gás natural para 15% do consumo de energia até 2030, número que foi de 6% em 2015.

Como resultado, "a política comercial é fundamental", disse Patrick Pouyanné, executivo-chefe da francesa Total, na abertura da Conferência Mundial do Gás em Washington em junho.

A companhia francesa tem uma participação minoritária na unidade de exportação de GNL de US\$ 10 bilhões em Hackberry (Louisiana). "Espero que os EUA não sejam privados do mercado chinês", diz ele. Os EUA "têm uma posição muito boa no negócio de GNL. Mas o mercado é conduzido principalmente pela Ásia e pela China."

Por enquanto, os negociadores estão mantendo a calma, enquanto esperam o desenrolar das ameaças. Na semana passada, os preços dos contratos futuros de gás natural para entrega em setembro subiram para o maior patamar em sete semanas, com a demanda relacionada ao clima mantendo o mercado aquecido.

"Há uma certa flexibilidade com o que está na lista e o que a China realmente faz", observa Jason Gabelman, vice-presidente da Cowen & Co, que cobre o setor de energia.

Outros analistas não acreditam que a tensão comercial possa arruinar a tendência de longo prazo das exportações de GNL dos EUA, que deverão se tornar o segundo maior exportador do mundo até 2022, segundo projeção da AIE.

Mas, antes mesmo de a China ter anunciado a possibilidade de impor tarifas ao GNL, executivos do setor de energia estavam nervosos. A Conferência Mundial do Gás deste ano criou grandes expectativas por muitos negócios para o GNL americano, mas os resultados foram poucos.

Na noite de sexta-feira antes da conferência de junho, executivos da Liquefied Natural Gas, de Houston, que desenvolve projetos de exportação de gás, recebeu colegas de uma companhia de petróleo chinesa para concluir negociações de um ano para ajudar no financiamento de um projeto de 8 milhões de toneladas na Louisiana.

Mas no fim do jantar em Houston, os executivos chineses deixaram claro que não assinariam nenhum acordo enquanto os temores persistissem, disse Greg Vesey, executivo-chefe da LNG, em uma entrevista. "É o medo do desconhecido. Ele acaba retardando tudo."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 20/08/2018

Seção: Opinião

Autor:

Título: Subsídios na energia precisam ser revistos com muito critério

Já faz mais de três anos que a fabricante americana de alumínio Alcoa fechou suas operações de fundição nas unidades situadas em Poços de Caldas (MG) e em São Luís (MA). O alerta sobre a perda de competitividade da indústria por causa dos altos custos da energia elétrica no Brasil não ecoou com a devida urgência entre governos, parlamentares e agentes do setor elétrico.

Paradoxalmente, mantém-se o costume de jogar nas costas dos consumidores todas as disfunções e ineficiências setoriais. Bastaria mencionar que houve aumento de 57% no valor médio do megawatt-hora para clientes industriais entre o início de 2013 e o fim de 2017. Por ora, nenhum sinal de trégua à vista: as contas de luz já subiram 13,79% nos sete primeiros meses deste ano - quatro vezes mais do que a variação acumulada do IPCA.

Não há que se desprezar o efeito da hidrologia desfavorável no encarecimento da eletricidade. O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) já avisou que a

bandeira vermelha nas tarifas deve ser preservada até novembro. O baixo volume dos reservatórios só não tem se revertido em preocupação para o abastecimento de energia graças à recessão dos últimos anos e, agora, ao ritmo decepcionante de retomada da economia.

Mesmo sem ameaças de racionamento, as chuvas abaixo da média histórica levam ao acionamento mais frequente das térmicas e a maiores despesas com o chamado "risco hidrológico" - quando os donos de hidrelétricas não produzem toda a energia pactuada nos contratos de fornecimento e precisam gastar bilhões de reais com a reposição dos megawatts jamais entregues. Esse risco deixou de ser arcado pelos geradores e caiu no colo dos consumidores no caso das usinas que tiveram suas concessões renovadas pela malfadada MP 579, assinada pela ex-presidente Dilma Rousseff em 2012, com a promessa artificial de reduzir em 20% as tarifas no mercado regulado.

A tributação é um dos problemas mais graves. Para governadores com as finanças públicas em calamidade, taxar a energia elétrica exageradamente tornou-se um reforço fácil no caixa, mas também uma chamada ao suicídio coletivo em termos de competitividade e uma agressão ao bolso dos contribuintes. O levantamento mais recente do Instituto Acende Brasil indica que 24 das 27 unidades da federação praticam alíquota de ICMS igual ou superior a 25% sobre o consumo nas residências. Em alguns Estados, chega a 30%.

Mais acintosa ainda é a explosão da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), o "superfundo" que banca todo tipo de subsídio setorial - do alívio tarifário para consumidores de baixa renda e de recursos para o programa de universalização dos serviços (Luz para Todos) até um valor reduzido do megawatt-hora a produtores de alimentos em polos de agricultura irrigada.

Entre 2014 e 2017, o peso dos encargos nas tarifas de energia (antes da incidência de impostos e tributos) subiu de 6% para 16%. Neste ano, o orçamento inicial da CDE revelou-se insuficiente e está sendo elevado para R\$ 19,7 bilhões. Só a alta mais recente deverá aumentar em mais de um ponto percentual a conta dos consumidores.

É preciso interromper essa avalanche de subvenções. O momento para agir é oportuno. Não só pela mudança de presidente e de legislatura que se avizinha, mas pela troca de comando de toda a diretoria colegiada da Aneel. O novo diretor-geral da agência, André Pepitone, conclamou o governo e o Congresso a refletir sobre o tema. Começou, entretanto, pelo lado errado, ao enfatizar os subsídios para as energias alternativas, que representam claramente o futuro do setor.

A participação das energias alternativas ainda é irrisória, mas incomoda as distribuidoras, cuja associação faz o mesmo pleito que o novo diretor-geral da Aneel parece esposar. É possível que a dosagem de subsídios possa, ou talvez tenha, de mudar. Não seria prioridade, no entanto, diante de tantas e tão graves distorções no sistema de preços. O Brasil seria um país abençoado se um dos principais problemas de subsídios no setor elétrico fosse o concedido a energias menos poluentes.

É ainda míope a abordagem energética segmentada. Os subsídios aos combustíveis fósseis entre 2013 e 2017 chegaram a R\$ 68,6 bilhões, segundo o Inesc, embora os dados sejam distorcidos pelo represamento de preços do governo Dilma Rousseff. Em 5 anos também as termelétricas a diesel para a região Norte consumiram R\$ 27 bilhões. É errado colocar no mesmo saco o dinheiro que garante o futuro da energia limpa e o que sustenta a energia suja, do passado. É preciso aprofundar a discussão.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 20/08/2018

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia e Rodrigo Polito | De São Paulo e do Rio

Título: Aneel e Eletrobras resolvem impasse na Amazonas D

A Aneel incluiu na pauta da sua reunião de amanhã a deliberação sobre a desverticalização da Amazonas Energia, mesmo sem a conclusão da transferência do contrato de compra de combustíveis para o braço de geração e transmissão da companhia. Em um cenário excepcional, a compra de combustíveis para geração de energia passará a ser feita pela Amazonas Distribuidora, reembolsada pela Amazonas Geração e Transmissão (Amazonas GT), que é quem vai, de fato, utilizar o insumo para geração de energia na região.

A homologação da separação das atividades de distribuição e geração da companhia é fundamental para a privatização da Amazonas Distribuidora de Energia. O relator do processo será o diretor Sandoval Feitosa Neto.

A conclusão da desverticalização esbarra na cessão do contrato de compra de combustível fóssil para geração de energia da Amazonas Energia para a Amazonas GT. Eletrobras e Petrobras, que fornece o combustível, já aprovaram a cessão do contrato, mas falta ainda o aval da Cigás, distribuidora de gás natural do Amazonas.

Segundo uma fonte com conhecimento do assunto, com a implementação da desverticalização, o processo terá validade, mesmo sem a assinatura da Cigás no acordo da dívida entre a Eletrobras e a Petrobras. Segundo ela, haverá um instrumento em que a Amazonas GT garantirá a neutralidade para a Amazonas Distribuidor.

O contrato de compra de combustível vai continuar com a Amazonas Distribuidora. Como a distribuidora não pode incorrer custos que não sejam dela, o contrato de compra ficará com a distribuidora, mas quem vai pagar, de fato, pelos combustíveis, será a Amazonas GT, que deve ser incorporada à Eletronorte.

A Amazonas GT vai utilizar o combustível e reembolsar às despesas à Amazonas Distribuidora.

O **Valor** apurou que representantes da Cigás se reuniram com diretores da Eletrobras na quinta-feira, mas novamente não chegaram a um acordo. As empresas concordaram sobre os valores a serem pagos, mas a Cigás condiciona a assinatura do documento ao pagamento. A Eletrobras, por sua vez, concorda em pagar, desde que o contrato seja assinado antes.

Sem o aval da Cigás e a transferência definitiva do contrato de compra de combustíveis para a Amazonas GT, a privatização da Amazonas Distribuidora no fim deste mês fica ainda mais incerta.

O BNDES informou na sexta-feira que a data para entrega das propostas dos interessados pela Eletroacre, Ceron (Rondônia) e Boa Vista (Roraima) foi adiada desta quinta-feira para a segunda-feira da semana que vem. O leilão das três empresas está mantido no dia 30. A ideia é derrubar a liminar do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) que suspendeu o certame antes da entrega das propostas. Já o leilão da Amazonas Distribuidora será no dia 26 de setembro.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 20/08/2018

Seção: Empresas

Autor: Ivan Ryngelblum | De São Paulo

Título: Queda do cobre tem pouco efeito no Brasil

A forte desvalorização do cobre no mercado internacional ainda não teve reflexos significativos para os fabricantes de produtos que usam o metal como matéria-prima - e que poderiam se beneficiar da queda dos preços. Executivos

do setor ouvidos pelo **Valor** culpam a instabilidade das cotações ao longo do ano, a valorização do dólar e a fraqueza da economia brasileira pela situação.

Desde 8 de junho, quando atingiu o pico de US\$ 7.261,50 a tonelada, o metal desvalorizou-se em quase 20% na Bolsa de Metais de Londres (LME, na sigla em inglês), referência de preço da commodity no mundo. Em sentido inverso, no Brasil, o dólar acumula alta de mais de 19% em relação ao real desde o começo do ano.

Primeiro puxada por incertezas relacionadas ao desempenho da economia da China neste ano, a cotação do cobre recuou mais em julho por causa da disputa comercial entre chineses e americanos, com ameaças bilaterais de imposição de tarifas de importação.

Em meio a essa guerra de gigantes, a cadeia produtora do cobre brasileira tenta se posicionar. As empresas transformadoras, que compram o metal para produzir vergalhões, barras e laminados, não estão entusiasmadas com a queda, porque ela ocorre em um momento em que os estoques estão elevados - reflexo da economia fraca -, adquiridos quando a cotação do cobre estava em patamares altos.

"Essa volatilidade de preços é ruim para nós, porque precisamos do metal quando nosso cliente quer, então a gente tem que comprar, independentemente do preço", diz Maria Antonietta Cervetto, presidente da Associação Brasileira do Cobre (ABCobre).

Segundo ela, as transformadoras estão estocadas com matéria-prima adquirida em junho, quando o cobre atingiu seus maiores preços no ano, acima de US\$ 7 mil a tonelada. "Fazendo uma conta grosseira, pagamos R\$ 28 o quilo [R\$ 28 mil a tonelada]. Você vende o produto [com o preço na LME] de US\$ 6 mil, com um dólar a R\$ 3,70 [cerca de R\$ 22,2 mil a tonelada]. Você tem uma perda direta", diz.

Isso ocorreu porque essas empresas formam três estoques para que os trabalhos tenham um fluxo contínuo. Uma parte é matéria-prima bruta, que fica guardada. A segunda parte é fundida, enquanto a terceira está sendo processada.

A presidente da ABCobre diz que a reposição dos estoques leva geralmente três meses para ser concluída, considerando um fluxo normal de processamento e saída de material. Mas diante da fraqueza da economia local, esse tempo se estica, e as empresas acabam carregando o material caro por mais tempo, por terem mais dificuldades de repassar os custos, gerando perdas.

"Quando você trabalha com o varejo, com o mercado interno, os clientes estão dentro de uma conjuntura nacional e eles não estão acompanhando o preço em Londres, ou mesmo o câmbio. Fica difícil para eles aceitarem variações de preços em relação ao câmbio", afirma Miguel de Carvalho, diretor-presidente da Cecil, que fabrica laminados, trefilados, tubos e fios.

A maior parte da matéria-prima utilizada pela Cecil vem do mercado interno. Cerca de 70% do que a companhia produz utiliza reciclados, que vêm basicamente do mercado interno. O restante são cátodos, versão mais pura do cobre, em que mais de 80% é importado. O material reciclado é entre 5% e 10% mais barato, e seu preço está lastreado na cotação da LME, o que não resolve a questão do valor dos estoques.

A Termomecanica, maior transformadora de cobre e ligas do país, concentra sua produção na transformação de matérias-primas e sucatas de clientes. O cobre importado representa por volta de 30% das vendas. "A queda da cotação do cobre na LME desvaloriza os nossos estoques de materiais primários e da sucata", diz Nelson da Silva Leme, vice-presidente do conselho de administração.

Maior produtora de cobre refinado do Brasil, a Paranapanema enfrentou problemas com a alta do dólar no segundo trimestre. Apesar de ter registrado um aumento de 48% da receita líquida, na comparação com o mesmo período de 2017, o lucro bruto da companhia caiu em 88%, para R\$ 6 milhões, por causa da moeda americana, além da parada para manutenção de sua fábrica na Bahia. A alta do dólar gerou um aumento do custo médio dos estoques.

A analistas, o diretor financeiro, André Luís da Costa Gaia, afirmou que a empresa criou um grupo de trabalho para tentar mitigar a questão. "A gente quer melhorar nosso processo de custeio", disse o executivo. Procurada, a empresa não se manifestou.

Desde 8 de junho, quando atingiu o pico de US\$ 7,2 mil a tonelada, o cobre desvalorizou-se em quase 20%

Se do lado das transformadoras a situação não é boa, as empresas que produzem produtos finais, como fios, veem a queda na cotação internacional como um alento, mas até certo ponto. "A queda do cobre é benéfica para a nossa parte, porque o metal representa a maior parte do nosso capital de giro, mas a gente não consegue fazer os repasses [de preços] simultaneamente ao movimento que acontece no mercado", diz Lorenzo Spedicato, superintendente industrial da Coopersteel, empresa que fabrica cabos bimetálicos para o setor elétrico.

Segundo ele, a alta do cobre e do dólar nos meses anteriores teve efeitos negativos nos resultados, diminuindo suas margens. "Estamos aproveitando este momento para recompor nossas margens" afirma. Outro fator que impede o repasse da queda dos custos, segundo Spedicato, é a eleição presidencial, que torna a cotação do dólar ainda mais volátil. "Como a gente não sabe qual vai ser o dólar, é temerário passar a queda momentânea", afirma.

De forma geral, os executivos não acreditam que a queda na cotação do cobre se manterá por muito tempo, pelo fato de ser um metal com bastante demanda. "A questão de eficiência energética vai puxar o consumo para cima", diz Miguel de Carvalho, da Cecil.

Para a presidente da ABCobre, os preços baixos atuais devem começar a ter efeitos positivos na cadeia mais para frente, com a diminuição dos estoques caros.

Enquanto isso, as empresas tentam compensar a alta do dólar com exportações. A Cecil, por exemplo, planeja elevar o montante enviado para fora de 15% a 20% em 2018, dos 10% que ela dedicou no ano passado. "Todos os nossos produtos, nas nossas grandes linhas, nós estamos exportando mais", diz Carvalho.

Mas a instabilidade, principalmente da economia brasileira, é um assunto que a cadeia do cobre quer ver resolvida. "Eu não reclamo do dólar estar baixo, eu reclamo da volatilidade", diz a presidente da ABCobre.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 20/08/2018

Seção: Empresas

Autor: Ivan Ryngelblum | De São Paulo

Título: Fabricante importa minério, apesar de superávit do país

A entrada em operação de duas minas da Vale, no Pará, em 2012 e 2014, transformou o Brasil em exportador líquido de cobre, mas isso mudou pouco a vida dos fabricantes que compram a matéria-prima.

Segundo o Informe Mineral do segundo semestre de 2017, elaborado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), as exportações de cobre aumentaram sua participação na balança comercial do setor mineral em relação ao mesmo período de 2016, de 8,2% para 9,8%. As importações registraram uma redução de 12,4% para 12,1%. Em valores, o Brasil exportou US\$ 1,4 bilhão e importou US\$ 475 milhões no período.

Segundo o analista do DNPM José Ademário Santos Ribeiro, a situação começou a mudar com as operações da Vale no Pará. Localizada em Marabá, no sudeste do Estado, as operações da mina de Salobo foram inauguradas em novembro de 2012. Este é o segundo projeto de cobre desenvolvido pela empresa no Brasil.

"A produção começou a registrar excedente com a introdução dos projetos no Pará, com produção bem forte, e que começou a reverter a questão do comércio exterior e criar excedente de produção", diz o analista do DNPM José Ademário Santos Ribeiro.

Até a década de 1990, a produção esteve concentrada em duas empresas, a Mineração Caraíba e a Companhia Brasileira do Cobre (CBC). A situação mudou em 2004, com a inauguração da mina de Sossego, em Carajás, também da Vale, junto com a entrada de outras companhias no mercado.

Os últimos dados disponíveis no DNPM, relativos a 2016, indicam que a produção bruta totalizou 89,6 milhões de toneladas, alta 12% na comparação anual. A evolução fica clara quando se olha para a utilização média da capacidade instalada de cobre concentrado, uma forma de cálculo do DNPM - relação entre a capacidade máxima e o volume produzido total. No segundo semestre de 2017, ela cresceu para 91,21%, dos 80,65% em 2016.

O superávit brasileiro é obtido por meio da exportação de cobre concentrado, que é o produto básico, sem ter passado por refino. Em 2015, o país exportou 325,4 mil toneladas do produto e comprou 179 mil toneladas, com a maior parte do produto nacional tendo como destino a Alemanha - com 24% do total. No caso do metal processado, o Brasil ainda é deficitário, importando 263,8 mil toneladas ante uma venda de 196,3 mil toneladas, com o Chile sendo o maior fornecedor do produto.

Segundo Ribeiro, essa dinâmica está relacionada mais a questões comerciais e de custos. "Às vezes, mesmo tendo produção interna, a empresa que demanda o metal de cobre acha mais vantajoso, por contrato, comprar de fora", diz. "E, às vezes, a Vale e as mineradoras têm interesse em atender o mercado externo, porque pode ser mais vantajoso vender para a Europa e atender contratos firmados."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 20/08/2018

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: RenovaBio deve estimular cogeração da cana

Desenhado para estimular o consumo e a produção de biocombustíveis por meio de metas de descarbonização para o setor de transportes, o programa RenovaBio poderá acabar também impulsionando a cogeração de energia elétrica a partir de biomassa.

Na avaliação da Associação da Indústria da Cogeração de Energia (Cogen), apenas as usinas de cana-de-açúcar poderão agregar ao sistema elétrico nacional 8 gigawatt (GW) de capacidade instalada até 2030, ante uma capacidade atual de 11,3 GW, o que representaria um acréscimo de 70%.

"O avanço do RenovaBio deve incrementar a contribuição da cogeração para o setor elétrico em alguns pontos percentuais", afirma Newton Duarte, presidente da associação. No último ano, do total de potência instalada em usinas térmicas à base de biomassa para cogeração, o que realmente foi coggerado e vendido ao mercado somou pouco mais de 7 GW. Isso equivaleu a 6% da energia elétrica consumida no país.

Dos 8GW de potência adicional projetados pela Cogen como reflexo do RenovaBio, metade deve derivar de investimentos para aumentar a capacidade de coggerar energia a partir do bagaço da cana em usinas que já atuam nesse mercado, diz Duarte. Atualmente, das cerca de 400 usinas sucroalcooleiras instaladas no país, 177 vendem energia coggerada do bagaço, segundo balanço da Cogen.

Mas esses 4 GW de potência só devem ser adicionados caso o setor sucroalcooleiro responda da forma esperada pelo governo ao estímulo à produção de etanol até 2030. O pressuposto é que, até lá, as usinas do Brasil estejam produzindo 52 bilhões de litros do biocombustível por ano, ante cerca de 29 bilhões de litros esperados pelo mercado para este ano. Para garantir esse aumento de produção, o setor teria que aumentar sua moagem de cana em 200 milhões de toneladas, sobre as atuais 570 milhões de toneladas esperadas para a safra do Centro-Sul.

"Esse aumento de cogeração viria apenas com a expansão da capacidade em usinas que já exportam energia, sem contar com investimentos [em unidades de cogeração] das usinas que ainda não exportam", afirma Duarte.

Há ainda um potencial de cogeração de mais 4 GW que podem resultar dos estímulos do RenovaBio que é a geração a partir do biogás, diz o presidente da Cogen. Para Duarte, a forma mais eficiente de produzir energia a partir de biogás é utilizando como matéria-prima a vinhaça, um subproduto da moagem de cana. Para cada litro de etanol produzido, uma usina produz cerca de 12 litros de vinhaça.

Muitas usinas atualmente coletam essa vinhaça que sobra do processo industrial e utilizam o produto como fertilizante nas lavouras por causa de seu alto teor de potássio. Mas a vinhaça também pode ser acumulada em biodigestores, grandes tanques onde o produto passa por fermentação e gera biometano, explica Duarte. A produção de biometano pode ser acelerada com o acréscimo de outros materiais orgânicos nesses tanques, inclusive de palha de cana, que tem alto poder calorífico (de geração de energia) e que hoje é deixada nas lavouras após a colheita.

MME / ASCOM .